

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Direcção-Geral do Turismo**

Aviso n.º 8375/2000 (2.ª série). — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do director-geral do Turismo de 3 de Maio de 2000, foi revogado, com fundamento em vício de incompetência para a sua prática, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do Código do Procedimento Administrativo, o aviso n.º 4162/2000 de abertura de concurso para o cargo de chefe da Divisão de Recolha de Informação e Estatística da Direcção-Geral do Turismo de 22 de Fevereiro de 2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 4 de Março de 2000, bem como todos os actos do concurso praticados após a elaboração do mesmo aviso.

Nos termos do despacho do Secretário de Estado do Turismo de 4 de Maio de 2000, foi fixado novo prazo de 20 dias para a Direcção-Geral do Turismo proceder à elaboração do competente aviso e enviá-lo para publicitação.

5 de Maio de 2000. — O Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso n.º 8376/2000 (2.ª série). — Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do director-geral do Turismo de 3 de Maio de 2000, foi revogado com fundamento em vício de incompetência para a sua prática, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do Código do Procedimento Administrativo, o aviso de abertura do concurso para o cargo de chefe de Divisão de Turismo no Espaço Rural e Cinegético, da Direcção-Geral do Turismo, de 21 de Fevereiro de 2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 4 de Março de 2000, com o n.º 4160/2000, bem como todos os actos do concurso praticados após a elaboração do mesmo aviso.

Nos termos do despacho do Secretário de Estado do Turismo de 4 de Maio de 2000, foi fixado novo prazo de 20 dias para a Direcção-Geral do Turismo proceder à elaboração do competente aviso e enviá-lo para publicitação.

5 de Maio de 2000. — O Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso n.º 8377/2000 (2.ª série). — Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do director-geral do Turismo de 3 de Maio de 2000, foi revogado com fundamento em vício de incompetência para a sua prática, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do Código do Procedimento Administrativo, o aviso de abertura do concurso para o cargo de chefe da Divisão de Estudos e Investigação, da Direcção-Geral do Turismo, de 22 de Fevereiro de 2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 4 de Março de 2000, com o n.º 4161/2000, bem como todos os actos do concurso praticados após a elaboração do mesmo aviso.

Nos termos do despacho do Secretário de Estado do Turismo de 4 de Maio de 2000, foi fixado novo prazo de 20 dias para a Direcção-Geral do Turismo proceder à elaboração do competente aviso e enviá-lo para publicitação.

5 de Maio de 2000. — O Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

**Direcção Regional do Algarve
do Ministério da Economia**

Aviso n.º 8378/2000 (2.ª série). — Por despachos de 4 e 10 de Abril de 2000 do director regional do Algarve do Ministério da Economia e do director regional de Lisboa e Vale do Tejo, respectivamente:

Helena Maria Emílio Pires, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia — transferida, a seu pedido, com a mesma categoria e classe (escalão 1, índice 190), com efeitos a partir de 1 de Junho de 2000, para o quadro de pessoal da Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Junho, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2000. — O Director Regional, *Joaquim José Brandão Pires.*

**Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
do Ministério da Economia**

Despacho n.º 10 086/2000 (2.ª série). — Por despacho do director de 5 de Maio de 2000:

Ana Paula Viegas de Freitas Raimundo Santana, técnica superior de 2.ª classe, Elisabete de Fátima Freitas Ferreira, técnica profissional de 1.ª classe, Maria do Céu da Silva Esteves Santos Sousa e Ana Cristina Meireles Teixeira Rodrigues, técnicas profissionais de 2.ª classe, Maria Manuela Ferreira Carvalho, assistente administrativa principal, e José Augusto Lopes, assistente administrativo — autorizada a recuperação de vencimento de exercício num total de 9, 5, 24, 5, 15 e 10 dias, respectivamente.

5 de Maio de 2000. — O Director, *Alberto Mariano dos Santos.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 10 087/2000 (2.ª série). — Nos termos do despacho conjunto n.º 368/2000, de 8 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 30 de Março de 2000, foi determinada a composição do júri do Prémio Leitura Solidária 2000, composto, designadamente, por dois representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Por circunstâncias da sua actividade profissional, a representante deste Ministério Isabel Maria Fernandes Gonçalves de Macedo solicitou a cessação das funções relativas à sua colaboração no referido júri.

Assim, determina-se a cessação das funções da licenciada Maria Fernandes Gonçalves de Macedo enquanto representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade no júri do Prémio Leitura Solidária 2000, sendo nomeada em sua substituição a licenciada Susana Marina Afonso Diogo.

O presente despacho produz efeitos desde 4 de Abril de 2000.

14 de Abril de 2000. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.*

Despacho n.º 10 088/2000 (2.ª série). — Nos termos e para efeitos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, designo como representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade no Conselho de Jogos da SCML o licenciado Nuno Pedro Souto de Miranda Catarino.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

14 de Abril de 2000. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.*

Despacho n.º 10 089/2000 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito a funcionária pública licenciada Maria Dinah Limpo Lacerda Correia da Silva para prestar apoio técnico ao meu Gabinete no âmbito das suas qualificações profissionais, nos seguintes termos:

1 — A nomeada receberá uma remuneração correspondente ao vencimento dos adjuntos de gabinete, com o direito a receber os subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como os demais subsídios e abonos correspondentes àquele cargo.

2 — A nomeação é feita pelo prazo de um ano, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos, salvo comunicação em sentido contrário.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a presente nomeação pode ser revogada a todo o tempo.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

19 de Abril de 2000. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10 090/2000 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para me prestarem funções de secretariado a assistente administrativa especialista Rosalina Amélia Bairrada da Silva Franco e a assistente administrativa principal Cecília Rosa Saldanha Garção.

29 de Março de 2000. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho.*